



79

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

DESAFORAMENTO Nº 316745-7

COMARCA DE ORIGEM: Jurema-PE

REQUERENTE: **Ministério Público Estadual**

REQUERIDO: JOSÉ RIVALDO DA SILVA

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

EMENTA: PEDIDO DE DESAFORAMENTO FORMULADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. COMPROVADA PARCIALIDADE DOS JURADOS. COMUNIDADE PEQUENA. AS FAMÍLIAS DO ACUSADO E DOS JURADOS SE CONHECEM E MANTÉM VÍNCULOS. INFORMAÇÕES DA MAGISTRADA NESSE SENTIDO. NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO DO JULGAMENTO. PEDIDO DEFERIDO. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do DESAFORAMENTO nº316745-7, em que figuram como partes as acima qualificadas, **acordam** os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça de Pernambuco na sessão de 27/05/2014, à unanimidade de votos, em **deferir o pedido**, tudo consoante relatório e voto digitados anexos, que passam a fazer parte deste julgado.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



72
Rla

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

DESAFORAMENTO Nº 316745-7

COMARCA DE ORIGEM: Jurema-PE

REQUERENTE: **Ministério Público Estadual**

REQUERIDO: JOSÉ RIVALDO DA SILVA

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

RELATÓRIO

Trata-se de representação formulada pelo Ministério Público de Pernambuco, com fundamento no art. 427, do CPP, no sentido de desaforar o julgamento de JOSÉ RIVALDO DA SILVA, pronunciado na Comarca de Jurema-PE pela prática, em tese, do delito de homicídio triplamente qualificado, art.121, §2º, incisos III, IV e V, do Código Penal, que vitimou a pessoa de José Pedro Cardoso.

Nas razões do desaforamento o *Parquet* afirma a **falta de isenção** do Corpo de Jurados, requerendo liminarmente, o adiamento da Sessão do Júri designada para o dia 26 de setembro de 2013. No mérito, requer o desaforamento do julgamento para outra Comarca, onde não haja dúvidas sobre a imparcialidade do Conselho de Sentença.

O pedido liminar foi julgado prejudicado, tendo em vista que o próprio magistrado de origem suspendeu o julgamento em tela. (fls.15/16)

O requerido apresentou as contrarrazões, de fls.36/43, pleiteando o indeferimento do pedido. Por sua vez, a Procuradoria de Justiça opinou pelo deferimento do pleito, fls.65/69.

É o breve relato. À Douta Revisão.

Recife, 24 de maio de 2014.


Antonio Carlos Alves da Silva
Des. Relator



80

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

DESAFORAMENTO Nº 316745-7

COMARCA DE ORIGEM: Jurema-PE

REQUERENTE: **Ministério Público Estadual**

REQUERIDO: JOSÉ RIVALDO DA SILVA

RELATOR: Des. Antonio Carlos Alves da Silva

PROCURADOR(A) DE JUSTIÇA: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

VOTO DO RELATOR

No caso em tela, o requerido, JOSÉ RIVALDO DA SILVA, foi denunciado juntamente com as pessoas de Ivo Inácio de Luna, Joseilton Vicente Ferreira, Antônio Marcos de Oliveira e Darley Souza Porfírio.

A peça acusatória narra que, em 08 de fevereiro de 2002, por volta das 19h, os denunciados, em comunhão de ações e desígnios, com intenso dolo de matar e na medida de suas culpabilidades, efetuaram diversos disparos do rifle marca rossi, modelo puma, calibre 38, nº de série 0221155 e de outra arma de fogo não identificada, causando a morte da vítima, **José Pedro Cardoso**.

Consta dos autos que a vítima, por ser vigilante noturno do Município de Jurema-PE, vigiava o Sítio Peri-Peri e adjacências, fazendo rondas, visando evitar o furto de reses (gado), constante naqueles sítios, sendo as autorias destes ilícitos, imputados aos ora denunciados. Assim sendo, os trabalhos de vigilância da vítima, estavam dificultando a ação criminosa dos denunciados e, por isso, eles decidiram matá-la. (fls.03/04 do Vol.III)

Consabido que o desaforamento é medida de exceção ao princípio geral da competência em razão do lugar, e implica em derrogação da regra geral de que o acusado deve ser julgado no distrito da culpa. Por este motivo, o seu deferimento está condicionado à pré-existência de uma ou mais das hipóteses previstas no atual artigo 427 do Código de Processo Penal, após as modificações efetuadas pela novel Lei nº11.689, de 9 de junho de 2008, quais sejam, o interesse da ordem pública ou alguma dúvida acerca da imparcialidade do júri ou da segurança do réu.

No caso presente, entendo comprovada a circunstância autorizadora do desaforamento.

No **pedido inicial** o Ministério Público ressaltou que:

"(...) o crime foi consumado pelo denunciado e comparsas em 08.02.2002, por volta das 19h, no Sítio Peri Peri, Jurema-PE, mas, só agora, após o 'trânsito em julgado' da sentença de pronúncia e do julgamento dos recursos interpostos, o processo foi inserido na pauta de julgamento do Tribunal do Júri desta Comarca, que terá como alvo o



81

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

réu de nome José Rivaldo da Silva, vulgo 'Rivaldo de Louro Luiz'.

(...)

em razão da alta periculosidade do denunciado (que será provada adiante), bem como do largo conhecimento/influência de seus parentes na sociedade local, os Jurados não se encontram à vontade para participar do julgamento agendado para o dia 26.09.13.

Essa afirmação de falta de imparcialidade, baseia-se, primeiro, no fato de que, diferentemente dos autos réus, o referido denunciado, em julgamento anterior e de forma contrária à prova dos autos, foi absolvido (o que denota o receio da sociedade em julgar com a devida imparcialidade o referido réu), bem como no fato de que, recentemente, durante o costumeiro atendimento ao público, foi esta representante do Ministério Público procurada por alguns Jurados residentes na Cidade de Jurema, os quais imploraram para que a mesma os recusasse e não os expusesse ao constrangimento e ao perigo de estar julgando pessoa tão perigosa e influente e que tanto temor causa à sociedade.

Os Jurados, inclusive, pediram que suas identidades não fossem reveladas, para que não se expusessem ao perigo; deixando o Parquet de nominá-los em razão disso.

É oportuno ressaltar que, segundo narrado, pessoas ligadas ao denunciado andaram em busca dos Jurados, a fim de pedir que ditos Juízes do Fato votem por sua absolvição e contribuam para a sua impunidade, aliás, mantida ao longo desses onze anos desde o fato criminoso.

Em face do pedido recente advindo dos parentes do referido denunciado (fato novo e posterior ao julgamento outrora anulado), restou a esta representante do Parquet a única opção de socorrer-se do pleito de desaforamento previsto na legislação processual penal.

(...)

Convenhamos que a periculosidade do denunciado levará à ausência de imparcialidade do Corpo de Sentença já demonstrada claramente ao requererem os Jurados a exclusão do julgamento (...)" fls.02/04

Por sua vez, a magistrada de primeiro grau manifestou-se favoravelmente ao pedido de desaforamento, argumentando que existe real necessidade do deslocamento da competência para a realização do Júri. (fls.21/22)

Frisou também que: "(...) Submetido a Julgamento pelo Tribunal do Júri desta Comarca de Jurema, em data de 08/10/2008 (fl.1288 – Vol.VI) o acusado foi absolvido. Da decisão do Conselho de Jurados, houve apelo do Ministério Público, resultando cassação da decisão por ser contrária à prova emergente dos autos, em decisão unânime.

Designado novo julgamento pelo Tribunal do Júri para o dia 26/09/2013, foi apresentado, na tarde da data anterior à sessão, um pedido da Promotora de Justiça, consistente no desaforamento.

O pedido do Ministério Público condiz com a realidade.

Diversas são as manifestações de integrantes da comunidade no sentido de que nenhum jurado condenará o réu, como já ocorrido no primeiro julgamento.

Os jurados – expressa ou veladamente – manifestam-se pela não



82

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

participação no julgamento. Na mesma reunião, ocorrida entre os meses de agosto a setembro, os jurados pediram exclusão, em grande maioria, pediram exclusão do corpo de jurados, porque não queriam participar dos Julgamentos do Tribunal do Júri.

Os laços de parentesco e amizade do réu com os integrantes da comunidade, e, em especial, com os jurados, segundo dizem os comentários correntes pela cidade é que a imparcialidade do Conselho de Sentença está comprometida.

Trata-se de comunidade pequena, onde as famílias todas se conhecem e mantém algum vínculo de parentesco, predominando a impunidade daqueles que são julgados pelo Tribunal do Júri. (...)" fls.21/22

Verifica-se, pois, que o requerido é pessoa considerada de alta periculosidade. Além disso, há notícias de que existem laços de parentesco e amizade entre o acusado e os integrantes da comunidade. Frise-se, ainda, que a Promotora de Justiça informou ter recebido vários pedidos dos jurados para desaforar o julgamento do feito, suplicando pelo sigilo de suas identidades, como ficou registrado acima.

Em suas informações o magistrado de origem ratificou as razões do Ministério Público, no sentido de requerer o desaforamento do julgamento.

Sabe-se que **a manifestação do Juiz singular é de extrema importância no deslinde do desaforamento, pois, por estar inserido na comunidade onde ocorreu o crime, é capaz de averiguar, com maior precisão, o sentimento social que circunda o caso.** (HC nº 31784/SE. Rel. Min. Gilson Dipp. DJU de 28.06.2004)

No caso, havendo dados objetivos que autorizam fundada dúvida sobre a imparcialidade dos jurados e risco à necessária serenidade e isenção de ânimos, é de se deferir o pedido de desaforamento. Em reforço, veja-se:

PEDIDO DE DESAFORAMENTO. ALEGADA DÚVIDA QUANTO À PARCIALIDADE DOS JURADOS. INGERÊNCIA POLÍTICA. FAMÍLIA DO RÉU QUE GUARDA ESTREITA RELAÇÃO COM POLÍTICOS DA LOCALIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS COMPROVADAS. INFORMAÇÕES DA MAGISTRADA NESSE SENTIDO. NECESSIDADE DE DESLOCAMENTO DO JULGAMENTO PARA COMARCA RELATIVAMENTE DISTANTE, HAJA VISTA A INFLUÊNCIA POLÍTICA SE ALARGAR PELAS CIDADES CIRCUNVIZINHAS. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE DESAFORAMENTO. (TJ-RN - Pedido de Desaforamento: 151222 RN 2011.015122-2, Relator: Juiz Herval Sampaio (Convocado), Data de Julgamento: 14/12/2011, Tribunal Pleno, undefined)

"Para conduzir ao desaforamento e à eleição da Comarca onde deverá realizar-se o julgamento, basta um juízo de probabilidade, a cargo do Tribunal de Justiça, sobre a expectativa da parcialidade do júri, não se exigindo certeza dessa previsão" (STF - HC 66.215-3-CE, Rel. Min. Octávio Gallotti, D.J.U. de 01/07/88, pág. 16.901).



83

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete do Desembargador Antônio Carlos Alves da Silva

Av. Martins de Barros nº 593, Santo Antônio, Recife-PE – CEP: 50010-230. Tels.: (81) 3419-3672 / 3419.3742 (fax)

Quanto ao local para o qual deve ser deslocada a competência para o julgamento, reza a lei que, se presente uma ou mais das hipóteses previstas no atual artigo 427 do Código de Processo Penal, o Tribunal poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.

No caso em tela, dada a grande repercussão do aludido julgamento, entendo que este deve se realizar na Comarca de Recife.

Ante o exposto, existindo dúvidas acerca da imparcialidade do Conselho de Sentença de da Comarca de Jurema-PE, voto no sentido de **DEFIRIR O PEDIDO DE DESAFORAMENTO** do julgamento de **JOSÉ RIVALDO DA SILVA** para a Comarca de Recife, por uma das varas competentes.

Comunique-se ao MM. Juiz de Direito da Comarca para as providências cabíveis.

É como voto.

Recife, 27 de 05 de 2014.


Des. Antônio Carlos Alves da Silva
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

DESAFORAMENTO Nº 0010632-86.2013.8.17.0000 (0316745-7)

REQUERENTE: O Ministério Público do Estado de Pernambuco

REQUERIDO: JOSÉ RIVALDO DA SILVA

RELATOR: Des. Antônio Carlos Alves da Silva

REVISOR: Des. Antonio de Melo e Lima

PROCURADORA DE JUSTIÇA convocada: Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho

ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO REVISOR

Senhores Desembargadores,

O Ministério Público Estadual interpôs o presente pedido de desaforamento relativo à ação penal nº 0000114-28.2003.8.17.0860, da Comarca de Jurema/PE, na qual **JOSÉ RIVALDO DA SILVA**, devidamente qualificado nos autos, resta pronunciado como incurso no tipo penal previsto no art. 121, § 2º, incisos I, IV e V, c/c o art. 29, todos do CPB (decisão de pronúncia às fls. 893/895, dos autos principais, volume 5).

Nas razões de fls. 02/05, dos autos apensos, o *Parquet* sustenta que em razão da alta periculosidade do acusado, bem como do largo conhecimento/influência de seus parentes na sociedade local, os Jurados não se encontram à vontade para participar do julgamento.

A representante ministerial informa que a falta de imparcialidade baseia-se, primeiro, no fato de que, diferentemente dos outros réus, o acusado, em julgamento anterior e de forma contrária à prova, foi absolvido (o que denota o receio da sociedade em julgar com a devida imparcialidade o referido réu), bem como no fato de que, recentemente, durante o costumeiro atendimento ao público, foi procurada por alguns Jurados residentes da comarca de Jurema, os quais *imploraram* para que a mesma os recusasse e não os expusesse ao constrangimento e ao perigo de estar julgando pessoa tão perigosa e influente e que tanto temor causa à sociedade.

85



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

Notícia, ainda, que os Jurados pediram que suas identidades não fossem reveladas, para que não se expusessem ao perigo; deixando o *Parquet* de nominá-los em razão disso.

Ressalta, inclusive, que, segundo narrado, pessoas ligadas ao acusado andaram em busca dos Jurados, a fim de pedir que ditos Juízes do fato votem pela absolvição e contribuam para a impunidade.

Em contrarrazões, a Defesa pugna pelo indeferimento do pedido (fls. 36/43).

Instada a se pronunciar, a Exma. Juíza de Direito da Comarca de Jurema/PE revelou-se favorável ao desaforamento do julgamento (fls. 21/22).

Com vista dos autos, a douta Procuradoria de Justiça, em parecer da lavra da Dra. Maria Helena da Fonte Carvalho, Procuradora convocada, opina pelo deferimento do pedido (fls. 65/69).

Pois bem.

O desaforamento, como se sabe, é medida excepcional de derrogação da competência *ratione loci*, retirando o julgamento da causa de seu Juiz Natural, o Tribunal do Júri da localidade onde se deu o evento criminoso, para estabelecer a competência ao Júri de outra comarca, cuja necessidade é de ser aferida objetivamente, diante dos acontecimentos locais.

A regra geral é que os réus sejam julgados no distrito da culpa, por seus pares, em consagração ao princípio consubstanciado no aforismo *ubi facinus perpetravit, ibi poena reddita* (onde foi cometido o crime, aí deve ser dada a pena), sendo o deslocamento dessa competência, baseado no interesse da ordem pública. Por este motivo a exceção deve vir fulcrada em elementos concretos de convicção a cimentarem seu deferimento.

Na hipótese, do estudo acurado dos autos, verifico que, de fato, se encontra comprometida a necessária e indispensável imparcialidade do Júri, tanto é que a MM. Juíza de Direito corrobora tal entendimento, ressaltando que (fls. 21/22):



86

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

“...O pedido do Ministério Público condiz com a realidade.

Diversas são as manifestações de integrantes da comunidade no sentido de que nenhum jurado condenará o réu, como já ocorrido no primeiro julgamento.

Os jurados – expressa ou veladamente – manifestam-se pela não participação no julgamento. Na mesma reunião, ocorridas entre os meses de agosto a setembro, os jurados pediram exclusão, em grande maioria, pediram exclusão do corpo de jurado porque não queriam participar dos julgamentos de Tribunal do Júri.

Os laços de parentesco e amizade do réu com integrantes da comunidade, e, em especial, com os jurados, segundo dizem os comentários correntes pela cidade é que a imparcialidade do Conselho de Sentença está comprometida.

Trata-se de comunidade pequena, onde as famílias todas se conhecem e mantém algum vínculo de parentesco, predominando a impunidade daqueles que são julgados pelo Tribunal do Júri.

(...)

Entendi, portanto, de acolher o pedido de suspensão do julgamento, eis que a manifestação do Ministério Público retrata a voz corrente da comunidade...”

Sobre o tema, tem-se proclamado reiteradamente que, em sede de desaforamento, as informações do Juiz (sempre imparcial e equidistante dos interesses em conflito, mais próximo do local e conhecedor dos fatos e das pessoas envolvidas) têm peso excepcional no julgamento.

Como bem posiciona Guilherme de Souza Nucci¹:

¹ in **Código de Processo Penal Comentado**. 9. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora revista dos Tribunais, 2009. p. 777.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Antonio de Melo e Lima

“Ninguém melhor que a autoridade judiciária encarregada de presidir o julgamento para informar a realidade da situação ao Tribunal, pois tanto a ordem pública, como a segurança do réu e até mesmo a imparcialidade dos jurados são do seu conhecimento direto.”

No presente caso, a douta Magistrada de piso concorda com a necessidade de desaforamento do julgamento, fato de extrema relevância, que, no meu sentir, por si só, já denota a necessidade de deslocamento do Júri.

Existe, de fato, a firme indicação de que o acusado poderá ser beneficiado **não só pela influência que tem na sociedade de Jurema, seja por amizade ou parentesco, mas também pelo fato de ser pessoa perigosa**, sendo estas as razões pelas quais hei por bem deferir o pedido de desaforamento.

Por fim, quanto ao local para onde será deslocada a competência para o julgamento do feito, apesar de existirem outras comarcas mais próximas do distrito da culpa, entendo como prudente desaforar o julgamento para a Comarca de Recife.

Por todo o exposto, em consonância com posicionamento da douta Procuradoria de Justiça, **DEFIRO** o pedido de desaforamento do julgamento do Processo nº 0000114-28.2003.8.17.0860, que tem como acusado **JOSÉ RIVALDO DA SILVA**, para a **Comarca de Recife/PE**.

É como voto.

Recife 27 de maio de 2014.


Des. Antonio de Melo e Lima
Revisor